

# ENTRE RIOS, ILHAS E FLORESTAS: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO HABITADO PELO PESCADOR-RIBEIRINHO DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA NO RIO XINGU

Hudson Nascimento de Sousa Filho<sup>1</sup>  
José Antônio Herrera<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa aborda questões oriundas da produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, localizada em um arquipélago de ilhas fluviais à montante da cidade de Altamira-Pará no rio Xingu. Por estar em baixas latitudes, tal comunidade apresenta-se sob regime climático tropical de curta estação seca (clima do tipo *am*), com formações de residências palafíticas que ocupam as planícies sazonalmente alagadas, o “beiradão”, que também propõem campos férteis para atividades agrícolas. Destarte, de maneira geral, este trabalho de pesquisa busca compreender o processo de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, a princípio, listando os aspectos da paisagem no cotidiano da comunidade, bem como, somado a esses objetivos, acrescenta-se o de construção de análise reflexiva acerca das relações de trabalho que atribuem funcionalidade a configuração territorial da comunidade. O método tem por premissa o estudo do espaço geográfico como propôs Milton Santos. Metodologicamente utilizou de técnicas quali-quantitativas: entrevistas com roteiro aberto, aplicação de formulários com perguntas fechada, além das observações empíricas. Foi possível verificar que a comunidade apresenta traços da ancestralidade dos seringueiros que migraram do Nordeste para trabalhar nos seringais do médio Xingu, em sua maior parcela, na extração do látex das seringueiras nativas da região em meados do século XIX, década de 1870. Desde então, atividades de trabalho como o extrativismo, o roçado e a pesca artesanal têm sido base de sustentação e de comércio das famílias ribeirinhas que se constituíram no processo de estruturação da economia de aviamento na região.

**Palavras-chave:** Amazônia; Espaço Geográfico; Vida.

## BETWEEN RIVERS, ISLANDS AND FORESTS: THE FORMATION OF THE SPACE INHABITED BY THE RIBFISHERMAN OF THE COMMUNITY OF GOOD HOPE IN THE XINGU RIVER

**Abstract:** This research addresses issues arising from the production of space inhabited by the riverside community of Boa Esperança, located in an archipelago of river islands upstream of the city of Altamira-Pará on the Xingu River. Being at low

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: [hascimento329@gmail.com](mailto:hascimento329@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Associado II da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: [herrera@ufpa.br](mailto:herrera@ufpa.br)

latitudes, this community is under tropical climatic regime of short dry season (climate type am), with formations of palaphytic residences that occupy the seasonally flooded plains, the "beiradão", which also propose fertile fields for agricultural activities. Thus, in general, this research work seeks to understand the process of production of the space inhabited by the riverside community of Boa Esperança, at first, listing the aspects of the landscape in the daily life of the community, as well as, added to these objectives, adds the construction of a certain reflexive analysis about the work relationships that attribute functionality to the territorial configuration of the community. The method is premised on the study of geographic space, as proposed by Milton Santos. Methodologically, it used qualitative-quantitative techniques: interviews with an open script, application of forms with closed questions, in addition to empirical observations. It was possible to verify that the community, presents traces of the ancestry of rubber tappers who migrated from the Northeast to work in the middle Xingu rubber plantations, in its largest portion, in the extraction of latex from rubber trees native to the region in the mid-nineteenth century, 1870s. Since then, work activities such as extractivism, mowing and artisanal fishing have been the basis of support and trade of riverside families that constituted the process of structuring the aviation economy in the region.

**Keywords:** Amazon; Geographic Space; Life.

## INTRODUÇÃO

A comunidade ribeirinha de Boa Esperança, para a qual se direciona a presente reflexão, situa-se em um conjunto de ilhas fluviais localizado no rio Xingu à montante da cidade de Altamira-PA, e conta com aproximadamente 40 famílias que descendem da dinâmica de ocupação, não indígena na Amazônia, datada do período da economia de aviamento da borracha, ainda na década de 1870.

O espaço geográfico, cuja comunidade anima, tem sua dinâmica intrínseca ao padrão de ocupação *rio-várzea-floresta*, que se manteve como fator de organização da vida das populações amazônicas em torno dos rios até a década de 1960, conforme discute Gonçalves (2001).

A ocupação das ilhas que formam a comunidade de Boa Esperança, no vale da bacia do rio Xingu, tem sua formação orientada pela necessidade de demandas exógenas à região amazônica. Tais demandas estão intimamente relacionadas ao fato da região atuar, no período do auge de aviamento da borracha, como produtor econômico da região, servindo de território de recurso abundante de látex proveniente das seringueiras originárias do local, o qual passara, nos altos da década de 1900, a diferenciar-se como centro de concentração de migrantes da seca e de núcleo de extração de matéria-prima para produção de borracha destinada à atender às demandas internacionais de mercado, para industrialização.

Os sujeitos que formam a comunidade de Boa Esperança também são exógenos ao local de formação desta, que contém originariamente um típico clima úmido e quente, com florestas ombrófilas sempre verdes. Diferentemente da caatinga, típica de clima seco e quente com baixo ritmo de chuvas. Contradição enfrentada pelo "arigó", aquele nordestino migrante recém-chegado na desconhecida *hiléia* amazônica.

Essa demanda orientou funcionalmente a ocupação geográfica não indígena da região, na medida em que migrantes nordestinos deslocavam-se em direção a possibilidades de encontrar dias melhores com terra e emprego. Mas, "[...] nos

seringais, em meio à floresta, deparavam-se com a dura realidade do sistema de aviação que o submetia à exploração pelos coronéis da borracha, os quais exerciam seu poder de coerção pelo domínio territorial associado ao controle do mercado.” (GONÇALVES; CORNETTA; ALVES; BARBOSA, 2016, p. 203). Logo, a chegada na paisagem amazônica veio acompanhada do estranhamento ao desconhecido... à solidão na floresta.

## QUESTÃO DE MÉTODO

A produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança é apreendida mediante análise da síntese, em um só momento, da junção de diferentes tempos. Uma vez superpostos, esses períodos coexistem em um mesmo processo dinâmico de inter-relações entre diferentes momentos históricos constituídos de maneira integrada, em acontecer solidário multiescalar, na construção da história do presente vivenciada no agora pelo povo pescador-ribeirinho do médio Xingu. Verdadeira inter-relação dialética e contraditória, porém, articulada, dentre diferentes processos de ocupação e formação socioespacial da Amazônia e que coexistem na dinâmica espacial de produção do espaço habitado pelos povos ribeirinhos amazônidas.

O espaço geográfico correspondente à Amazônia é a matéria trabalhada por excelência enquanto resultado da coexistência de uma superposição de tempos, responsável por acumular os resultados das práxis acumuladas, assim como discute Santos (2012) ao mencionar o espaço como um todo. Um objeto social dinâmico, “[...] uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria [...]” (SANTOS, 2017, p. 104). Portanto, é no espaço geográfico e por mediação do espaço geográfico que se consolida o *meio* de produção da reprodução das relações de produção, capitalistas e as não capitalistas. Logo, as forças produtivas não podem definir-se apenas pela produção de objetos e *coisas* no espaço geográfico, mas através da própria produção do mesmo, como propôs Lefebvre (1974).

Dessa maneira, torna-se substancial compreender a produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança como um produto social em permanente processo de transformação, de acordo com a relação espaço-sociedade. Essa trata-se de uma intervenção conceitual qualitativa, devido ater-se à compreensão dos efeitos do processo cujas variáveis são elementos indispensáveis para entendimento da produção do espaço, visto que, de acordo com a mudança da totalidade, há de imediato, mudança no todo dinâmico e suas partes constitutivas. Portanto, apresentando-se de fundamental importância certa periodização histórica devido às séries de transformações da organização espacial recorrentes da Divisão Social do Trabalho e sua territorialização na região do médio Xingu.

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 2014a, p. 30-31).

Na produção do espaço geográfico amazônico, conforme discute Herrera (2019, p. 474-475), historicamente a expansão do sistema capitalista de produção tem modificado os meios e as relações sociais em detrimento e substituição alienante dos modos tradicionais de produção – já existentes na região amazônica e atrelados à utilização não destrutiva dos recursos naturais – em prol da implantação do sistema econômico universal e globalizado, de caráter destrutivista e super-explorador. Fator que corrobora a uma mais intensiva utilização dos recursos disponíveis no espaço amazônico e que leva a devastação de determinados meios, “[...] ameaçando a estabilidade ecológica e populações que não acompanham a dinâmica do capital, sendo essas exploradas ou espoliadas em detrimento da produção capitalista”.

A apreensão do espaço geográfico, bem como de sua produção total, necessita de uma abordagem analítica que procure elencar os elementos-chave para empiricizar – a luz da realidade concreta como materialização do fenômeno técnico – a relação espaço-tempo. Com isto, resgatando a estrutura que a dinâmica socioespacial na Amazônia apresenta a partir da sucessão de diferentes *períodos* no espaço como uma comunhão de “[...] pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 24).

Esse exercício de periodização desemboca na ideia de *regime*, que apreende, em sua dinâmica, formas-conteúdo reflexo da relação de formas materiais com formas não materiais (também simbólicas) integradas no espaço. “Os níveis e a intensidade dessa interação para dentro e para fora e cada Estado variam com o tempo. Pode-se dizer, também, que a cada momento histórico a definição das disparidades regionais muda” (SANTOS, 2014, p. 99), mudando, conseqüentemente, a estrutura interna de relacionamento entre as variáveis do espaço totalidade parte da totalidade total que, dado seu caráter dinâmico e contraditório, materializa-se no particular como forma de representação do universal.

É, a partir dessa crucial condição, que buscar-se-á compreender a dinâmica de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança, com a empiricização dos nexos horizontais e verticais que articulam a união dos diferentes momentos históricos organizados pelas atividades de modificação do meio exercidas pelo homem ribeirinho, mediante emprego da técnica na transformação da paisagem com sua força de trabalho.

A princípio, pode-se apontar na estrutura de formação socioespacial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança a presença do meio pré-técnico de forte atuação dos elementos da primeira Natureza, a não transformada pelo ser humano por mediação da técnica. Esse, trata-se de “[...] um período de acomodação e morosidade na relação com o meio [...]”, com a confluência de técnicas nascidas espontaneamente em lugares diferentes. Desta maneira, “[...] as localizações econômicas resultavam da combinação entre as necessidades de cada produto e as condições naturais preexistentes [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 30).

Em seguida, a influência do meio técnico, no caso da proposta aqui de periodização com olhar para o contexto da comunidade de Boa Esperança, subdivide-se em período técnico originário e período técnico tradicional. Este, ancorado no processo de industrialização em vigência na sociedade ainda nos séculos XIX e XX, promulga a difusão de objetos técnicos num processo de mecanização do espaço como “prolongamentos dos territórios, verdadeiras próteses” em que “tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais” (SANTOS, 2017, p. 237). De base capitalista comercial, diretamente ligado à gênese do processo de formação da comunidade a partir da demanda de migração nordestina para atuar na extração de látex das seringueiras do Xingu, na formação de um *subespaço* vinculado ao espaço global de consumo de borracha no auge da industrialização mundial e suas demandas de mercado. De outra maneira que, porém de forma cumulativa e indissociável dos demais momentos, o período técnico, que estamos denominando de originário, condiz com a influência da cultura indígena, e suas técnicas de ocupação, originárias da região do médio Xingu, no modo de produção da vida ribeirinha, como exemplo, da canoa utilizada pelos pescadores-ribeirinhos e as técnicas de pesca artesanal nas águas de rio doce, somadas a utilização das ervas medicinais típicas da Amazônia, heranças do contato com os indígenas.

Nesse sentido, a problemática levantada – na qual esta pesquisa guia-se à guisa de obter respostas contributivas acerca da dinâmica de produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança – está situada no confronto entre a lógica local-regional (horizontal) de apropriação do espaço geográfico situado na região político-econômica correspondente à Amazônia e suas comunidades tradicionais.

Ações relacionalmente opostas à lógica global (vertical) de imposição de normas ditadas pelo capitalismo financeiro dos grandes bancos mundiais e seus megas empreendimentos que, a fim de obter lucro absoluto, atribui a este mesmo espaço geográfico a funcionalização quantitativa de recurso para geração unicamente de riqueza monopolizada. São diferentes usos que produzem e disputam a racionalidade do espaço em ênfase, correspondente nesta pesquisa em contexto situado no município de Altamira-Pará, por meio do conflito entre diferentes racionalidades de configuração do território.

Grosso modo, a metodologia geral desta pesquisa operacionaliza a proposta de Milton Santos (2014a), descrita em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, no tocante ao entendimento de que a apreensão do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança se constrói mediante a compreensão da inter-relação entre a dinâmica espacial, a paisagem e a configuração territorial animada pelos moradores da comunidade. Pois esta pesquisa é pautada fundamentalmente na leitura dialética da totalidade do espaço geográfico a partir do conceito de análise espaciotemporal: território usado. Sendo que, para tal exercício, optou-se aqui em discutir as variáveis de maneira processual mediada com estrutura, função e forma do espaço geográfico enquanto todo, instância social total estruturada pela inter-relação entre fixos e fluxos em um contínuo e dinâmico movimento histórico contraditório. Por ser a história “[...] uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo movimento” (SANTOS, 2014, p. 71).

Abordagem espaciotemporal capaz de fazer-se compreender a realidade (social) concreta não mais como algo isolado e *apenas* inerte. Outrossim como síntese de inúmeras determinações, ou seja, “[...] unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como

ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (KARL MARX, 2008, p. 260-261).

Esta realidade concreta é resultado da práxis utilitária cotidiana representada do movimento real materializado como síntese da junção fenômeno e essência, unicamente. Um só, de fato. Cujas representações não concebe certa “qualidade natural” da coisa em si e da própria realidade, mas, inversamente, diga-se no caminho da negação, torna-se a elevação de determinantes históricas *petrificadas* na consciência dos sujeitos, já que a “[...] realidade é a unidade do fenômeno e da essência”. Pensamento dialético do qual então a realidade é abstraída diante do indispensável entendimento contraditório de que o “[...] mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições reais em oposição às condições irreais, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva; é o mundo da práxis humana” (KAREL KOSIK, 1985, p. 12-18).

Seguindo a leitura que Marx (2008a, p. 48) propôs no segundo parágrafo de seu *Prefácio: de contribuição à crítica da economia política* correspondente a decisão de “[...] se elevar do particular ao global”. Do local – particular – é dissolvido a rede do trabalho coletivo (horizontalidades) oposta às normas de ordem universal/global (verticalidades) ao tempo que do conflito entre essas distintas ordens de produção do espaço geográfico surge lugares diversos (SANTOS, 2017).

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema do mundo (SANTOS, 2017, p. 314).

A questão em si é a do território usado por agentes hegemônicos e contra-hegemônicos: produzido de maneira complexa pela disputa – e por ser conflitante logo é territorial – de interesses que em conflitualidade constroem um espaço geográfico multidimensional e multiescalar. Embate este que se acredita estar refletido nitidamente nos diferentes modos de *(o)usar a/na Amazônia*, discutidos por Dias Mendes (2001) como oposição de desejos exógenos/exteriores aos endógenos/locais-regionais; em leitura geográfica correspondendo ao embate recorrente da disputa entre diferentes lógicas de apropriação político-funcional do espaço geográfico amazônico.

A inserção ativa assenta, necessariamente, no respeito às *vocações* regionais, as que defluem do seu quadro natural – mas trabalhadas com apoio na melhor ciência & tecnologia, com apelo às mais avançadas artes & ofícios daquém e dalém mar. Convertendo vantagens comparativas potenciais em vantagens competitivas reais. Imprimindo, por esse modo, marca ou *sinete* regional à presença universal da Região. A inserção passiva, ao contrário, resume-se às *invocações* interessadas, aliás interesseiras, que da Região se fazem para benefício alheio e muitas vezes em seu prejuízo e desvantagem.

Impondo-lhe um ferrete de efetiva sujeição a outrem, um carimbo de propriedade 'comum', por vezes difusa, e invariavelmente alienada (MENDES, 2001, p. 47. Grifos todos do autor).

Faz-se necessário analisar o fato de que “[...] neste particular terreno, é que as ações de C&T mais se fazem na Amazônia, quando se fazem, por inevitável, do que pela Amazônia”. Na margem da “Amazônia seguidamente não respeitada, na prática, como região em si, provida de um projeto existencial endógeno, mas sequestrada como espaço a ser (ab)usado a serviço de interesses exógenos”. Destacando-se neste saque abusivo as atividades relacionadas aos capitais agroindustriais e biotecnológicos de extração de recursos naturais, além da exploração da potencialidade humana existente. Fazendo com que a região amazônica seja vista enquanto “[...] o cenário, o horto, o zoo, o armazém ou almoxarifado básico, de cujas inerências, essências e potências é preciso (usu)fruir” (MENDES, 2006, p. 18-20. Grifos sublinhados do autor).

Elementos que levaram esta pesquisa a conduzir uma análise total da realidade concreta de modificação do espaço geográfico agrário amazônico pelos diferentes modos de produção atrelados a sua dinâmica de produção do espaço, um exercício de análise da totalidade; ou melhor, em objetividade, do conflito entre os diferentes modos de produção que se apropriam do espaço geográfico amazônico para (e a partir de) seu uso.

Sendo que, para o exercício científico incitado, é necessário “[...] que partamos do fenômeno que se quer compreender para a realidade social global” a busca de obter dois resultados conforme aponta M. Santos (2014, p. 95):

1. “Um melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno estudado, através do reconhecimento de sua inserção no todo.”
2. “Um melhor conhecimento do todo, graças à melhor compreensão do que é uma de suas partes.”

Portanto na medida em que – por tratar-se de *espaço banal* condutor de distintas ações político-econômicas, mas comuns – o uso do território contraditoriamente também se materializa quanto recurso operacionalizado para geração unicamente de riqueza concentrada pela burguesia capitalista. Mas,

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 20).

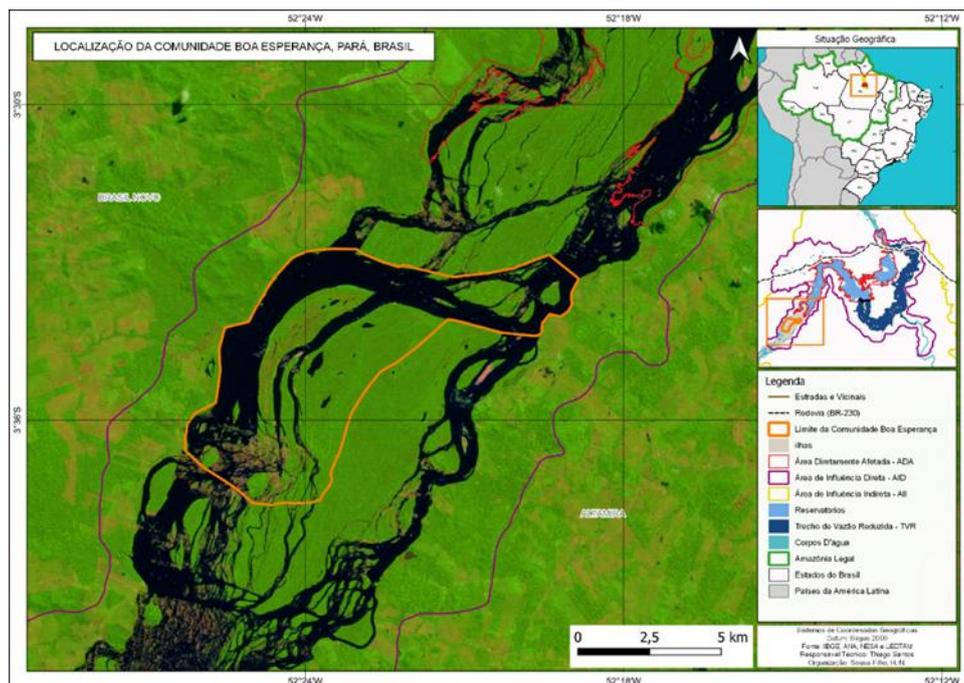
Uma vez que os “distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares”. E é “[...] neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade” (SANTOS, 2000, p. 12-13). Ora tornando-se significativa que o contexto apresentado para estudo permita-nos vislumbrar no concreto a ideia de território usado apontada por Milton Santos como aporte metodológico indispensável à análise do espaço geográfico por estar envolvida em “[...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as

relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p. 3).

## LÓCUS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

De maneira geral, pode-se observar que a comunidade ribeirinha de Boa Esperança se encontra localizada em um conjunto de ilhas à montante da cidade de Altamira e em fronteira com município de Brasil Novo, no estado do Pará (conferir Figura 1). Com início de sua formação socioespacial datada de fins do século XIX devido a leva de migrantes nordestinos – os vulgos “arigós” nos ditos populares da época – que vieram a partir da década de 1870 atuar como “soldados da borracha” na exploração (o corte) de seringueiras nativas do Xingu para obtenção do látex matéria-prima da borracha. Atividade impulsionada pela indústria da borracha após uma queda na produção ocasionada pela concorrência asiática. Fenômeno que retrata os primórdios da ocupação não-indígena da Amazônia, ora intensificado no período da Segunda Grande Guerra Mundial devido a necessidade de látex que os Aliados apontaram na época após perderem o acesso à borracha produzida na Ásia (DE FRANCESCO; *et al*, 2017).

Figura 1. Mapa de localização da comunidade ribeirinha de Boa Esperança.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Porém, nem sempre esse povo teve sua condição de produção da vida atrelada somente à extração de látex devido optarem por outras atividades de labor para garantia do sustento familiar como a milenar pesca artesanal, que historicamente os pescadores-ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança praticam a fim de manterem a garantia de “ter o que comer” e até mesmo a produção de determinado excedente para comercialização. Somando-se a esse meio de vida o roçado e inúmeras outras atividades extrativistas como a caça e a coleta de produtos nativos da floresta equatorial amazônica.

É válido ressaltar também as atividades de extração das “drogas do sertão” como a castanha, que somam no inventário ribeirinho das atividades de trabalho, além da caça da pele do gato-maracajá que foi muito visado como fonte de lucro após o auge da economia de aviamento da borracha na região. Em depoimento coletado em entrevista pode-se compreender também que alguns dos ribeirinhos tiveram vínculo com atividade de garimpagem como fonte de renda acessível. Outrossim, o roçado tem acompanhado esse povo desde os tempos de formação da comunidade até os tempos atuais como base de produção do sustento primário das famílias.

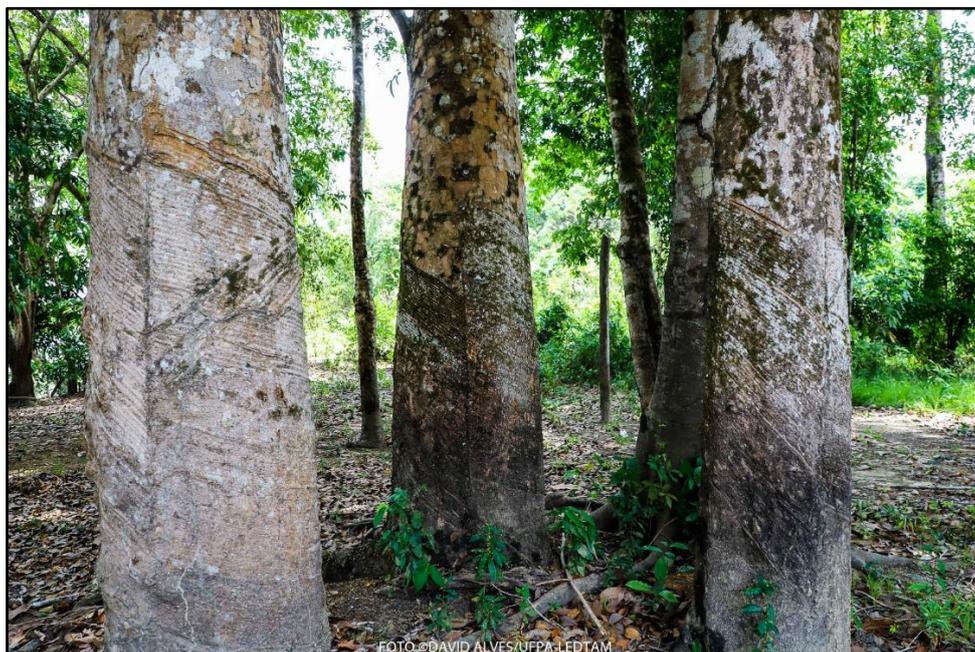
Para levantamento de dados e informações primárias acerca das condições de vida dos moradores da comunidade utilizou-se técnicas quali-quantitativas de pesquisa com entrevistas, que foram armazenadas em gravadores de voz portáteis, e aplicação de formulários. Além das observações empíricas realizadas a partir do contato que os pesquisadores tiveram com a realidade sob investigação. O que possibilitou maior familiaridade e melhor compreensão acerca da problemática vigente.

Levantamento e análise bibliográfica e documental em literaturas publicadas relacionadas à problemática estudada também foram recursos utilizados, com artigos publicados em periódicos ligados à discussão do tema, bem como nos livros da literatura geográfica; construção de entrevistas e aplicação de formulários junto aos moradores visitados em trabalho de campo. Para análise mais precisa e significativa do reordenamento e caracterização da paisagem sob observação, optou-se por atuar com a captura de imagens com drone, sendo que o planejamento para obtenção de imagens georreferenciadas da comunidade de Boa Esperança obedeceu, de início, a uma organização e a um planejamento laboratorial, sendo realizadas reuniões para definição da melhor estratégia e ações para garantir a obtenção dos dados prospectados.

## ESSÊNCIA DO ESPAÇO HABITADO PELA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE BOA ESPERANÇA

Observa-se que a comunidade ribeirinha de Boa Esperança se encontra localizada no rio Xingu, em seu médio curso (rever Figura 1), em um conjunto de ilhas fluviais à montante da cidade de Altamira e fazendo limite em área territorial com o município de Brasil Novo, no estado do Pará. Com início de sua formação socioespacial datada de fins do século XIX devido à leva de migrantes nordestinos, os vulgos “arigós”, nos ditos populares da época, que vieram a partir da década de 1879, atuar como seringueiros na exploração (o corte) de seringueiras nativas do Xingu: *hevea brasiliensis* (ver Figura 2). Atividade realizada para obtenção do látex matéria-prima na produção de borracha, fenômeno que retrata os primórdios da ocupação não-indígena da Amazônia na região do médio Xingu, bem como também o de formação da comunidade.

Figura 2. Fotografia do corte da seringueira feito por pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: LEDTAM, setembro de 2021.

Porém, o processo de ocupação originário da região médio Xingu, localidade onde se formou e habita a comunidade ribeirinha de Boa Esperança, é anterior às missões de portugueses, na região, às datadas da primeira metade do século XVII, com atividades de extração do cravo de casca, caracterizando um típico primeiro ciclo econômico colonizador. Entretanto, a ocupação originária da região tem sua datação anunciada por volta do século XI, fator que influenciou a necessidade de aplicação da catequização – por parte dos Jesuítas – sobre indígenas oriundos do Xingu, segundo apontam os estudos arqueológicos de análise de cerâmicas antigas encontradas e que se diferenciam das atuais cerâmicas produzidas no mesmo território. Estes estudos foram apresentados em uma série de artigos publicados pelo Museu Nacional, no ano de 1953, por meio do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (GONÇALVES; CORNETTA; ALVES; BARBOSA, 2016, p. 202).

No entanto, a presente situação reflete o fato de a comunidade conter sua gênese de formação arraigada ao *período técnico* de produção capitalista na sociedade. Portanto, sendo este espaço habitado no médio Xingu uma parte subconjunto classificado, como acredita-se aqui com reflexão na dinâmica dialética de contradição da totalidade, como *subespaço* do espaço total produzido pela Revolução Industrial, planejada e ocorrente nos países de primeiro mundo (Europa e Estados Unidos da América). De imediato, e de acordo com o lugar da Amazônia – como fonte de matéria-prima e recursos naturais – na Divisão Internacional do Trabalho, sendo esse subespaço um território recurso para fornecimento do látex capaz de fabricar borracha, muito apreciada pelas necessidades técnicas do sistema capitalista industrial de produção que pendurava nos fins do século XIX e início do século XX.

O impacto na Amazônia será enorme e é importante registrar que o surto de expansão da extração do látex deu-se antes da produção generalizada de pneumáticos, o que revela que ele se deu em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para

as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafos, telefone, energia). (GONÇALVES, 2001, p. 83).

Milton Santos (2014, p. 50) declara que “[...] um subespaço é o teatro da ação de sistemas contemporâneos, embora haja diferentes escalas. Essas escalas também correspondem a prioridades na posse de inovações.” Nesse caso, a função que a região do médio Xingu exerceu na época áurea da economia de aviamento, como território recurso fornecedor de látex, como matéria-prima, na geração de borracha consumida no período de modificação do sistema produtivo mundial.

Essa real intencionalidade está atrelada ao fator de ocupação não-indígena da Amazônia, na região do médio Xingu, por parte de migrantes nordestinos de origem, na maioria das vezes como aponta estudos e a própria fala dos ribeirinhos entrevistados em pesquisa empírica de campo, dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Conforme pode-se conferir no trecho de entrevista apresentado a seguir:

Meu pai, o nome dele era Martins Luiz da Silva, vindo do Ceara pra cá. O motivo do meu pai ter vindo de lá pra cá é que na época o serviço era seringa, ja ouviu falar de seringueira?! Ele veio pra trabalhar na seringueira. Então os pessoal aqui, os patrões que tinham, Meireles e outros patrões né?!, que foram buscar ele e outros, os donos dos seringal. Traziam tudo pra cortar que não tinham gente ai eles traziam o pessoal pra trabalhar na seringa. Meu pai chegou trabalhando, já pra trabalhar na seringa, direto pro seringal, lá inscrito como soldado pra trabalhar na borracha, então eu até perdi um dinheiro que era pra mim, por que eu sou filho primeiro dele né?! Então, é, foi lançado um dinheiro pros seringueiros, então podia sim um filho mais velho pegar o dinheiro né?! Quando eu nasci ele já tava com mais ou meno uns cinco anos aqui, por aí assim, ele já trabalhava, era muito prático, na época que eu nasci e comecei a me entender ele era muito prático das coisas. Quando eles chegaram, você sabe como é né?!, gente que não sabe de nada fica à toa né?! Mas teve uma pessoa pra ativar neles pra cortar seringa, pra fazer difumador. Com o difumador a borracha era difumada. Ele falava muito no Ceará, que veio pra cá pra trabalhar na seringa, que pra lá nao tinha serviço. Muita gente nascia e aqueles rapaz, aqueles homem, não tinha serviço. Ele veio pra cá com quê?! Com dezenove anos, ele veio novo pra cá. E aí ele começou a trabalhar e falava que veio prá cá devido esse trabalho, que lá não tinha né?! (Pescador-ribeirinho Tucunaré<sup>3</sup>, setembro de 2021).

Nesse período, após a descoberta do processo de vulcanização, a goma elástica deixa de ser um produto marginalizado e passa a encabeçar as tabelas de comercialização e interesse do mercado mundial, devido seu alto valor agregado na utilização da borracha em novas funcionalidades técnicas necessárias na estrutura tecnológica da Revolução Industrial, o que basicamente aumenta a demanda por trabalhadores na extração de látex. Nesse sentido, conforme salienta Gonçalves (2001, p. 83), “[...] a goma elástica deixa de ser um produto marginal e se inscreve no cerne de novos procedimentos técnicos da Revolução Industrial como: correia de

---

<sup>3</sup> Por mais que tenhamos termos de autorização para uso da voz e imagem, assinado pelos entrevistados na construção dessa pesquisa, prefere-se manter o anonimato da identidade das pessoas entrevistadas. Por isso optou-se em diferenciar os entrevistados utilizando pseudônimos atribuídos a partir do nome de espécies de peixes nativas da Amazônia, no lugar no verdadeiro nome das pessoas cujas falas estão transcritas.

transmissão, amortecedor de impactos das engrenagens industriais, encapamento de fios etc.”. Esse momento histórico da economia de aviação, e que se apresenta na dinâmica de formação socioespacial da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, é de caráter extremamente técnico-industrial ao apresentar características das ações de estrutura representadas em escala global, mas, de intencionalidade vertical, organizando os processos migratórios e de ocupação tradicional da região do médio Xingu, no eixo Nordeste-Norte brasileiro.

Processo migratório de leva de nordestinos para Amazônia concomitante à crise produtiva do setor de gado e algodão no Nordeste, sertões dos Estados de Ceará e Rio Grande do Norte, num contexto em que trabalhadores passaram a serem agenciados para dirigirem-se às regiões, até então, desconhecidas da Amazônia. Esse processo figura como consequência da inter-relação entre as ações de caráter global que refletem na dinâmica regional do espaço geográfico brasileiro, uma vez que o fluxo migratório do eixo Nordeste-Norte, no período histórico pós década de 1870, é diretamente influenciado economicamente, em escala global, pela retomada da produção norte-americana de algodão no final da Guerra Civil que assolava o país.

No momento em que os espaços nordestinos experimentam essas transformações nas suas relações agrárias, no vale amazônico também se iniciam as transformações que vão substituir o extrativismo-diversificado das drogas do sertão pelo monoextrativismo da borracha. Para essas transformações, em curso no espaço amazônico, são fundamentais as que estão ocorrendo simultaneamente no espaço pecuário-algodoeiro nordestino, cuja massa de emigrantes dirige-se para a Amazônia em busca de trabalho nos seringais (MOREIRA, 2018, p. 89).

De “arigó” da seca a seringueiro amazônica... agora o trabalhador nordestino é super-explorado pela demanda capitalista do mercado global de consumo da borracha no mundo, num período em que a produção do espaço geográfico amazônico está condicionada às leis gerais de modificação da estrutura produtiva global. Se for levado em consideração o fato de o termo revolução significar mudança do todo materializado na parte, ações do mercado da borracha que ora assinalava significativo aumento da demanda por borracha para alimentar as necessidades da indústria resultaram como elemento fator de influência do processo migratório, logo de formação da comunidade.

A promulgação desse meio técnico, de caráter tradicional, ancorado nas leis tecnológicas da industrialização capitalista, é testemunha da emergência de um espaço automatizado e organizado pelas forças de mecanização da sociedade por meio de seu sistema produtivo. “São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos” (SANTOS, SILVEIRA, 2008, p. 31).

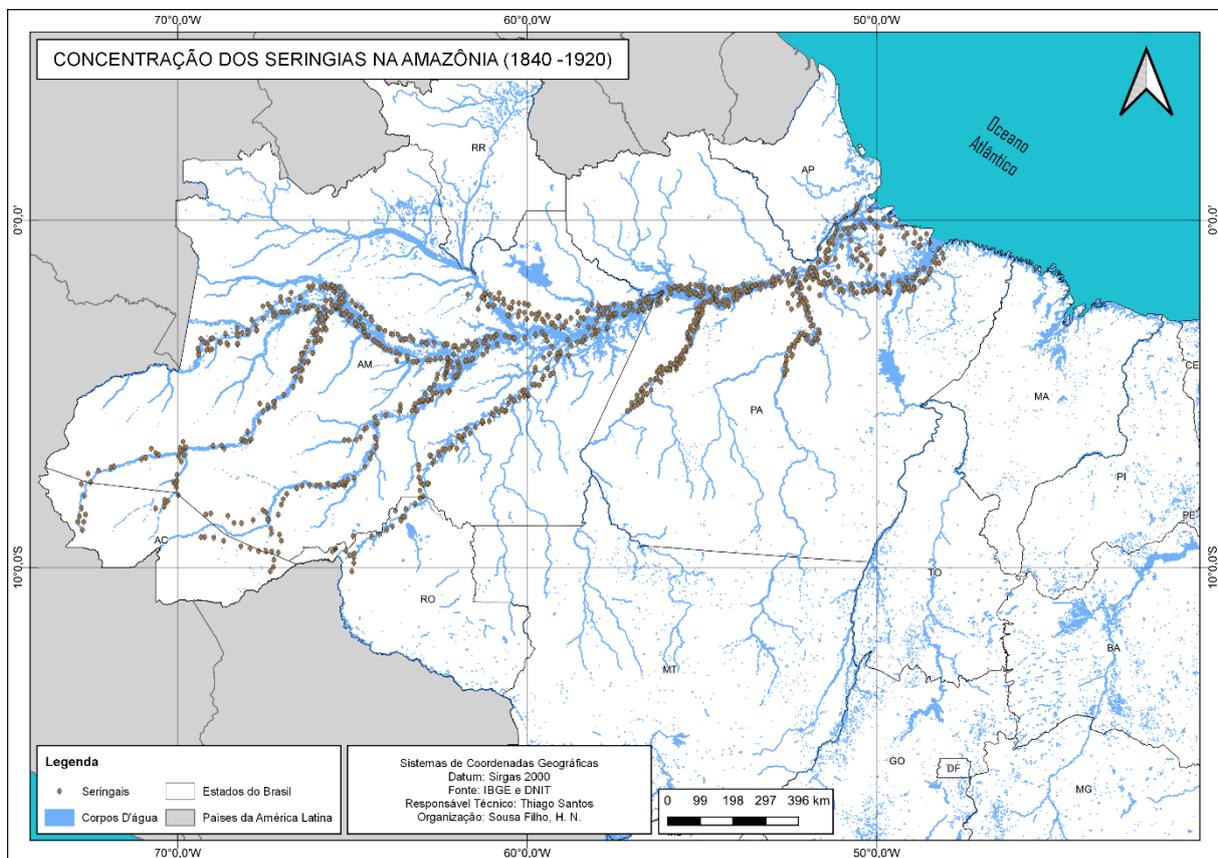
Com relação à escala mundial de atuação das ações e intencionalidades que influenciou a dinâmica de produção do espaço amazônico na época, é substancial recordar o fato de que:

O crescente e promissor mercado internacional da borracha soava como música aos ouvidos da elite gomífera da Amazônia. Por ser praticamente o único fornecedor mundial, o aumento da demanda pela borracha, observado principalmente no começo do século XX, fazia elevar o preço do produto e assim aumentar os rendimentos da classe abastada. Dessa forma, as duas metrópoles da Amazônia passaram

por transformações significantes neste período como resultado do aumento da riqueza da região. (OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012, p. 27).

A economia gomífera é a principal condição de atração dos fluxos migratórios para a região do médio Xingu, nos altos do fim do século XIX e primeira metade do século XX. Sendo que essa concentração de fluxos migratórios se deu em decorrência da descoberta de espécies de seringueiras mais produtivas presentes na região. Com a descoberta de seringueiras da espécie *hevea brasiliensis*, consideradas mais produtivas, “[...] acabou deslocando o centro geográfico da produção de borracha para os altos cursos do Tapajós e Xingu [...]” (GONÇALVES, 2001, p. 84). A espacialização desse processo esta representada cartograficamente a seguir (Figura 3):

Figura 3. Mapa de concentração dos seringais no primeiro ciclo da economia gomífera



Fonte: Autores; LEDTAM, 2022. Elaborado com base em: Gonçalves, 2001.

Todos esses eventos-fatores de organização do espaço total brasileiro, com dinâmica animada pelo movimento de migrações no eixo Nordeste-Norte, são períodos-momentos que, se enxergados à luz da totalidade enquanto unidade do diverso – são apreendidos enquanto dinâmica de cunho econômico-social global com modificação e atuação perceptível local-regionalmente. No entanto, a seca mostrou-se como outro fator, porém de cunho físico-natural, que levou o nordestino a sair de sua terra natal e partir rumo ao desconhecido.

De fato, pode-se apontar que o clima árido – com regime de forte insolação tropical, porém de baixa umidade (seco), típico de vegetação escassa e xerofítica

(adaptada ao ambiente de baixa disponibilidade hídrica) acostumada a regimes climáticos de baixa pluviosidade – também influenciou no processo de saída do homem nordestino rumo à Amazônia. Pois, “[...] era nesse espaço que o sertanejo devia lutar por sua sobrevivência nos períodos em que havia chuva e em que a planta florescia, e nos períodos de estiagem, resistir enquanto lhe fosse possível.” (LACERDA, 2006, p. 70-71).

O sujeito seringueiro amazônida, oriundo da ocupação não indígena do médio Xingu, outrora soldado da borracha e hoje pescador-ribeirinho, surge em decorrência da junção de elementos de ordem social, mas com forte influência das condições físico-naturais de seu entorno. Uma simbiose de injunções globais-regionais-locais que, relacionalmente, influenciaram-se entre si ao tempo em que influenciaram a condição de vida do migrante que viaja para a Amazônia em busca de refúgio contra a falta de perspectiva de futuro. Seria o fato de a comunidade ribeirinha de Boa Esperança ter sua gênese na similitude entre o aumento das demandas do mercado mundial da borracha ora impulsionados pela queda concomitante da produção de gado e algodão no Nordeste ocorrendo, paralelamente, ao fator de seca que dificultou a ocupação dos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte nos anos de 1877, 1878 e 1888.

De acordo com Herrera; Teixeira e Santos (2019, p. 7) a ocupação das ilhas do médio Xingu, no âmbito do que corresponde a comunidade de Boa Esperança,

[...] foi influenciada diretamente pela economia externa, demanda por matéria-prima, na fabricação de pneus, para a produção de automóveis, que durante um bom período teve a Amazônia como principal fonte desse recurso. Os migrantes que ocuparam as ilhas no vale do Xingu desenvolveram a agricultura e o extrativismo, formas tradicionais da economia de subsistência das famílias na Amazônia. Com o declínio da borracha em 1912, a pesca passa a ser uma das principais atividades dessas famílias, que viviam da extração da seringa no verão amazônico e da coleta da castanha no inverno amazônico.

Tal leitura aponta para o fato de que nem sempre esse povo teve sua condição de produção da vida atrelada somente à extração de látex devido optarem, posteriormente e em decorrência da necessidade de sobrevivência advinda pós crise do primeiro ciclo da borracha, por outras atividades de labor para garantia do sustento familiar como a milenar pesca artesanal. Atividade de subsistência que, historicamente os pescadores-ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança praticaram a fim de manterem a garantia de “ter o que comer”, e até mesmo a produção de determinado excedente para comercialização, somando-se a esse meio de vida o roçado e, inúmeras outras atividades extrativistas, como a caça e a coleta de produtos nativos da floresta equatorial amazônica.

Além disso, após o auge e queda da economia de aviamento, as atividades de extração das “drogas do sertão”, como a castanha, a caça e a coleta da pele do gato-maracajá, que foi por muito tempo cobiçado pelo mercado internacional de peles de animais silvestres e que chegam a somar no inventário das atividades de trabalho na comunidade, servindo como alternativa econômica para o sustento da família. Em inúmeros diálogos com os moradores da comunidade pode-se compreender também que alguns dos ribeirinhos tiveram vínculo com atividades de garimpagem como fonte de renda extra, como narrado por pescadores-ribeirinhos em entrevistas realizadas em trabalho de campo. Outrossim, o roçado tem acompanhado esse povo desde os

tempos de formação da comunidade até os tempos atuais como alternativa de produção para complementar o sustento.

## DA RELAÇÃO COM A NATUREZA À NATUREZA DA RELAÇÃO COM A CULTURA INDÍGENA

Esse estreitamento da relação do nordestino – recém-chegado à Amazônia – com a Natureza tem, na dinâmica da totalidade mundo, sua essência relacionalmente ancorada no período de declínio do mercado da borracha oriunda da Amazônia, na época da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), marcada como fase de queda da economia de aviamento, devido à baixa no preço da borracha brasileira (1910-1920), quando os asiáticos apresentam forte produção, tornando-se grandes concorrentes da produção amazônica. Pois, a princípio, como abordado na discussão do tópico anterior: *Essência do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança*; era para trabalhar no seringal que o nordestino veio para Amazônia. Contudo, em 1912 é marcada a queda da economia de aviamento na região, já que a produção asiática de borracha colocou o complexo seringalista da Amazônia em crise profunda, fazendo o caboclo nordestino escapar suas necessidades ao regime da Natureza, tendo em vista que o controle de sua mão de obra foi um impedimento a quem sempre buscou enriquecer a suas custas (GONÇALVES, 2001).

Durante o segundo ciclo da economia gomífera, iniciado no começo da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) e declínio econômico ocorrido nos altos dos anos de 1947, com o fim da “Batalha da Borracha”, a comunidade ribeirinha de Boa Esperança estava envolvida na captura e extração de peles de animais silvestres, muito cobiçadas pelas “madames” logo demandadas pelo mercado da Europa e dos Estados Unidos da América. No contexto local, esse momento fez com que as atividades econômicas da comunidade não se concentrassem muito atreladas a esse segundo grande período de extração do látex na Amazônia, conforme aponta Monteiro e Coelho (2004, p. 97).

Dessa forma, para Matos e Caldarelli (2017, p. 3-4):

O apelo comercial da “pele de fantasia”, especialmente do gato maracajá e das onças – pintada e preta – em pouco tempo passou a sobrepujar a procura por animais de “pele seca”. Os “gatos do mato” se tornaram os mais procurados porque geravam maior rentabilidade – suas peles eram mais caras – e eram abundantes na região. [...] Apesar desse variado leque de animais, a caça dos felinos – gatos e onças – para a obtenção de peles, rapidamente mobilizou um número significativo de “gateiros” que se embrenhavam por meses nas matas, abandonando os seringais, castanhais e outras frentes de trabalho. As peles obtidas eram comercializadas com os intermediários já estabelecidos na região, inicialmente os regatões. No entanto, com os altos valores atingidos pelas peles de fantasia, comerciantes de seringa, castanha e mesmo de ouro, passaram também a negociar peles como atravessadores.

Por conseguinte, resta a essa atividade de extrativismo animal da caça e coleta da pele do gato maracajá-açu (*Leopardus pardalis*), do maracajá-peludo (*Leopardus wiedii*) e da onça-pintada (*Panthera onca*) o encargo de atividade mais lucrativa, ora, a mais desenvolvida pelos moradores da comunidade na época pós queda do primeiro ciclo econômico gomífero devido ao forte atrativo do comércio internacional de peles

de animais silvestres originários da Amazônia. Segundo Antunes (2015), tal comércio reverberou como atividade mais econômica da região, durante grande parte do século XX. Entretanto, essa atividade econômica entra em desuso com a Lei da Fauna (nº 5.197, 1967), ainda apresentando resquícios de atuação e influência que marcaram até a década de 1980, período em que também a comunidade ribeirinha de Boa Esperança deixa de realizar esse trabalho como principal atividade lucrativa para sustento das famílias (HERRERA; TEIXEIRA; SANTOS, 2019).

Essa relação mais íntima com a natureza amazônica, extrativista de fato, emerge como necessidade de sobre-vivência, atrelada ao cotidiano dos “beiradeiros”. A partir da década de 1980, após a falência do mercado de peles de animais silvestres, a pesca artesanal passa a ser uma das principais, dentre as atividades econômicas realizadas para sustento familiar, tornando-se, desde então, uma atividade de trabalho atrelada ao cotidiano de seu complexo econômico e cultural. Essa busca de sustento na pesca artesanal vem à tona devido também a queda da economia de aviamento, que deixou o povo do beiradão com melhor qualidade de vida quando diminuída a influência do patrão seringalista, que atuava sobre forte exploração do trabalhador seringueiro, que sempre se apercebia sem tempo, porém lotado de dívidas com seus patrões.

A realização dessas atividades econômicas de subsistência, mas também de economia de excedentes, demandou certo conhecimento dos recursos que a natureza amazônica oferecia à época, o que se subentende ser de uma influência do período pré-técnico na dinâmica de produção do espaço engendrada pela comunidade de Boa Esperança. A coleta direta daquilo que a Natureza dispõe como recurso faz prevalecer o sentido da primeira Natureza na relação homem-natureza. A presença desse período remete a leis gerais de utilização da Natureza sem “grandes transformações”, já que “as técnicas de trabalho se casavam com as dádivas da natureza” (SANTOS, 2017, p. 235). Não que a vivência da comunidade tenha ocorrido nesse período da história originária (ou pré-história), de fato, mas, essas demandas de soberania da Natureza em relação ao destino do homem (ribeirinho) no Xingu apresentam-se fielmente, se tal contexto for analisado sob óptica de que é o sujeito que demanda diretamente das leis da Natureza para sua sobrevivência e não o inverso. Todavia, numa relação de caráter não destrutivista do ser humano em relação à Natureza, chegando a ser, até certo ponto, uma relação de abrigo e completude para o homem.

No processo de chegada dos migrantes nordestinos para a região do médio Xingu, houve o momento de contato entre indígenas e não indígenas, nestes, classificando-se, de imediato, o caboclo do sertão que buscou refúgio nas terras baixas florestadas equatoriais, fugindo do desemprego e da seca, por ora, muito presentes no sertão nordestino. As relações dos seringueiros com os indígenas, da região do médio Xingu, podem ser interpretadas em dois momentos: **a)** uma relação tipicamente de conflito por disputas pela utilização e habitação das florestas, que se estendeu até a década de 1970, com a “pacificação” do povo indígena da região e a formação de aldeamentos além de fortes investidas a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e; **b)** posteriormente, conforme fora se intensificando o fluxo de migrantes para a região, ao ponto em que intensificava também o contato com indígenas originários do local, na construção de uma relação de miscigenação oriunda de casamentos entre homens “arigós” e mulheres indígenas, certas vezes, capturadas na mata.

Esse primeiro momento, referente ao final do século XIX, é marcado por conflitos que foram “travados” entre seringalistas e indígenas, sendo que estes, por sua vez, defendiam e atacavam àqueles invasores de seus territórios originários,

expulsando-os ao isolamento das ilhas fluviais; e, por invasores acrescentam-se os grupos de trabalhadores (seringueiros) que eram organizados pelos patrões da borracha para atacar e combater os indígenas. Dentre estes, temos os moradores da comunidade de Boa Esperança, que chegaram a vivenciar, até mesmo ora como protagonistas, na época de chegada à região do médio Xingu, após terem vindo dos sertões nordestinos diversos conflitos com indígenas já habitantes originários das paisagens locais.

Essa dimensão do conflito entre indígenas e não indígenas, recém-chegados à região, pode ser também comparada ao relato de entrevista, adquirido em visita a campo na comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Vejamos:

Meu pai, os pais dele vieram de fora. Minha avó, que é a mãe do meu pai, ela veio do Rio Grande do Norte. [...] o meu pai veio pra cá quando criança, aí ele foi crescendo e vieram morar pra cá pro rio Xingu, começando a trabalhar com a seringa. Cortando seringa, caçando o gato, fazendo borracha pra poder vender pra tirar o sustento da família. Aí ele trabalhou com a mãe dele por muito tempo, depois casou [...] aí por muito tempo a gente ficou aqui morando nessa região da Boa Esperança. Aí depois ele desceu, era o tempo dos índios, era muito perigoso. A gente só poderia mesmo morar nas ilhas, por que nas terra que a gente chama, aquelas terras firme alí, a gente não podia morar por causa dos índios atacavam né?! E os trabalhos, como eram mais seringa, só viviam mesmo nas ilhas, e caçada de gato. Quando eles passaram a morar mais pra terra, trabalhavam com roça, juntando castanha, mesmo assim de lá continuavam os mesmos trabalhos daqui. (Pescadora-ribeirinha Acari Zebra, setembro de 2021).

Essa relação de extrativismo das especiarias da natureza amazônica surge como herança da relação com a natureza ora também aprendida com experiências do contato com os indígenas da região, uma apropriação que o seringueiro utiliza da Natureza como forma de garantir o sustento de sua família. Como no caso do extrativismo animal da pele do gato, o extrativismo vegetal da coleta de castanha-do-pará, o roçado e a pesca artesanal que se tornaram atividades de trabalho, conforme conferiu-se a pouco apresentado em trecho do relato de entrevista realizada em setembro de 2021, com a pescadora-ribeirinha Acari Zebra.

Nos altos da década de 1970 já se aponta uma relação mais harmoniosa entre indígenas e os recém-chegados a seus territórios originários, os seringueiros não indígenas. Este segundo momento do contato é marcado por uma relação de miscigenação com a realização de casamentos entre estas diferentes culturas, o que posteriormente dá luz ao surgimento do pescador-ribeirinho do médio Xingu. Assim, pode-se apontar que a “[...] união entre os migrantes recém-chegados à floresta e as mulheres indígenas favoreceu o surgimento de um modo de vida que combinava técnicas e conhecimentos indígenas com elementos trazidos pelos migrantes [...]” (DE FRANCESCO; *et al*, 2017, p. 45).

Heranças técnicas originárias foram transmutadas do cotidiano indígena ao sertanejo ribeirinho da época, por serem de influência direta da cultura indígena na produção do espaço não indígena da região. Processo que podendo ser tomado como uma transição de períodos: do pré-técnico ao técnico tradicional (industrial), por apresentar-se como limiar da confluência entre essas duas distintas temporalidades, nas quais estão arraigadas as práticas de trabalho desse povo. Seria, no caso, o que estamos classificando aqui como *período técnico originário* para dar ênfase na forte

intencionalidade das técnicas indígenas, de relacionamento com o meio natural, atuantes como elementos de mediação da produção do espaço habitado pela comunidade ribeirinha de Boa Esperança.

A esse respeito percebe-se que:

[...] a ação de um sistema temporal deixa, sempre, rastros, [...]. Frequentemente se está na presença de superposições, exceto no caso de espaços virgens, tocados, pela primeira vez, por um impacto mecanizador com origem em forças externas. [...] considerando-se que em cada sistema existe uma combinação de variáveis de diferentes escalas e períodos, cada sistema transmite elementos diferentemente datados. (SANTOS, 2014, p. 50-51).

Destarte, adiante e dotada de tamanhas heranças técnicas originárias, a vida dos seringueiros, da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, toma novos rumos com o incremento da pesca artesanal como profissão lucrativa nos altos da década de 1980, após o fim da economia baseada na comercialização da pele de animais silvestres da Amazônia. É marcada, então, uma fase de estreitamento das relações do ribeirinho com a sede municipal, a cidade de Altamira e essa aproximação advém da necessidade de se obter lucro com a comercialização do excedente garantido com o pescado, constituindo-se em uma nova realidade de trabalho vivenciada pelos trabalhadores da comunidade e que, acredita-se, ressignificou, de imediato, o sentido de ser ribeirinho no médio Xingu, onde as novas relações de trabalho – incrementadas com a pesca artesanal – incidem no autorreconhecimento desse povo que passou, desde então, e até os dias atuais, a se autodenominar como pescador-ribeirinho.

Vale ressaltar, que nesse momento em que o ribeirinho da comunidade de Boa Esperança passa a ter seu complexo cultural animado pela economia da pesca artesanal, ele também constrói um maior vínculo com a sede do município de Altamira. Tal condição ocorre devido à existência de uma certa necessidade em escoar o excedente oriundo da atividade pesqueira, sendo que este produto tende a ser comercializado nos mercados e feiras municipais de Altamira. Desse modo, após o período de encerramento da atividade de obtenção de lucro com a caça, coleta e comercialização de “peles secas” na Amazônia, o ribeirinho apresenta maior dependência da pesca artesanal, passando a atuar como pescador-ribeirinho, com maior proximidade com a cidade.

Nessa perspectiva, pode-se mencionar que há, a partir de então, a construção de uma relação ilha-cidade marcada pela condição de dependência econômica. Tal relação é estruturada pela relação de comércio, dada a necessidade de o pescador-ribeirinho escoar o pescado na região do médio Xingu para obter lucro, a qual é construída por intermédio da atividade econômica da pesca artesanal nesse período e, a partir desse momento, a vida como pescador retrata um novo significado no cotidiano da comunidade ribeirinha de Boa Esperança. Como observado, essa condição de pescador-ribeirinho apresenta-se como principal fonte de renda e modo de trabalho, que seguiu sendo realizada pela comunidade até o período de construção da UHE Belo Monte, quando o peixe começa a evadir-se da região impactada pelo grande empreendimento.

## ENTRE RIOS, ILHAS E FLORESTAS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO HABITADO PELO PESCADOR-RIBEIRINHO DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Dentre a simbiose de elementos temporais de diferentes períodos históricos correlacionando-se à produção do espaço geográfico correspondente à região do médio Xingu, o nordestino, outrora “peão da borracha” ou quando mais nobre um “soldado”, transmuta-se à condição de pescador-ribeirinho. Um sujeito que nasce da íntima relação com o meio natural e da transformação técnica *lenta*, digamos assim, da Natureza, por tratar-se de uma relação de maior dependência do homem ao meio natural e seus possíveis recursos. De fato, sob tal condição, o pescador-ribeirinho vive como ser integrante da paisagem e não como ser exterior dominante da paisagem, isso porque não há pescador-ribeirinho sem um rio, o rio Xingu no caso, o que vale de signo para construir um significado de “ser” no espaço.

Outrossim, a vida do pescador-ribeirinho nas florestas do médio Xingu envolveu, até meados do século XX, uma multiplicidade de atividades de trabalho simultaneamente indispensáveis, sobretudo, à permanência no território amazônico. Ao corte das seringueiras, juntamente à coleta e defumação do látex, acrescenta-se a coleta de produtos da natureza, tais quais, como a castanha-do-pará e outros produtos extrativistas como açaí, cupuaçu, frutas típicas, ervas e produtos medicinais como óleo de copaíba e andiroba. O extrativismo animal da pesca e caça também está muito presente no cotidiano do pescador-ribeirinho (ver Figura 4), pois soma a esse riquíssimo inventário de demandas de trabalho, sendo que o roçado em pequena dimensão se apresenta nessa realidade mencionada.

Figura 4. Fotografia do cotidiano vivenciado pelo pescador-ribeirinho de Boa Esperança.



Fonte: LEDTAM, setembro de 2021.

O extrativismo para o pescador-ribeirinho do médio Xingu, no âmbito da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, é uma atividade que define a organização social referente ao espaço geográfico amazônico, desde seus remotos processos migratórios, os quais deram origem a sua chegada à Amazônia. Tal atividade está

ligada aos caboclos e indígenas, traduzida ao cotidiano do pescador-ribeirinho, fato visto como atraso pelo colonizador, porém, não pelo indígena e pelo ribeirinho que vê na diversidade da fauna e da flora amazônicas a perspectiva de futuro e sobrevivência. Além do fato da piscosidade do rio Xingu sempre lhes ter permitido maior autonomia, por fazer com que o povo não dependesse direta e exclusivamente do trabalho servil para terceiros, pelo fato de sua temporalidade “escorregar” da vontade do patrão à vontade da Natureza.

Nesse sentido, uma noção da condição de pescador-ribeirinho que vive do extrativismo vegetal e animal, daquilo que os rios, as ilhas e florestas possibilitam como sustento; pode ser apreendida na fotografia acima apresentada (rever Figura 4). Relação social de autonomia pautada numa “econômica natural de subsistência” (GONÇALVES, 2001, p. 89), que outrora não era praticada quando este sujeito era um seringueiro explorado pelo seringalista; e de base com soberania alimentar associada à policultura, à pesca e ao extrativismo dos produtos típicos da floresta tropical ombrófila densa. Sendo possível, de tal maneira, a identificação de um formato de ocupação tradicional na Amazônia vinculado ao, assim como aponta Gonçalves (2001, p. 94), “[...] intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta [...]”, os rios e as ilhas

A respeito dessa autonomia praticada pelo ribeirinho da Amazônia, que ora ele herdara do convívio mais harmônico com os povos originários, Arenz (2000, p. 12) em sua obra *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia* ressalta o fato de que:

[...] os ribeirinhos conseguiram resistir a uma colonização total, resgatando os eixos principais das culturas e de seus antepassados indígenas, tanto em termos econômicos (integração à natureza, extrativismo vegetal) e sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades) quanto em religiosos (prática da pajelança como expressão de sua cosmovisão própria). A Língua Portuguesa e a religião católica são “pontes” para o mundo dos “brancos”, mas não determinam e nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos.

Para a pesquisadora Lourdes Gonçalves Furtado e o pesquisador Francisco Rente Neto, em artigo publicado no ano de 2015, na revista *cadernos de campo*, cujo tema é: *A ribeiridade amazônica: algumas reflexões*; a partir da presente leitura de Arenz (2000) pode-se afirmar que a utilização e a confecção de redes, canoas (*ígara*), utensílios de caça e coleta, ambos extrativistas, “[...] podem ser encontrados e são heranças deixadas pelas culturas indígenas para as populações ribeirinhas [...]”. Dessa forma sendo, contudo, as técnicas agrícolas de policulturas, baseadas na derrubada e queimada da floresta, junto às culturas de alimentos básicos como feijão, milho e mandioca, tomados de origem indígena. Assim como “[...] da mesma forma que a maioria dos nomes da flora, da fauna e da maior parte das localidades deriva dos grupos indígenas que habitavam o local no passado [...]” (RENTE NETO; FURTADO, p. 161).

Furtado e Rente Neto (2015) discutem esta condição a partir da proposta do conceito de *Ribeiridade*, apresentado pela autora pela primeira vez em: *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil* (2002). Texto em que a autora remete essa condição do ribeirinho da Amazônia ter

sua vida material e social relacionada ao mundo das águas, ao universo haliêutico, no mundo das várias pescas e coletas dos produtos da natureza. O que permite analisar o conceito “[...] referindo-o a um modo de vida muito peculiar a um espaço físico bem característico da Região Amazônica, qual seja, o rio e seu entorno. Esse modo de vida pode ser observado no perfil sociocultural daqueles que habitam próximo aos rios na Amazônia [...]”, na medida em que sua “[...] convivência e articulação com a natureza estabelecem uma maneira de ser, agir e pensar muito íntima a esse meio natural” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p.159).

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço. Não se trata de uma tipologia do caboclo amazônico, uma vez que não se destaca como uma variante deste, mas sim de uma expressão cultural que envolve particularidades imanentes a essa definição. (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p.160).

A partir dessa colocação torna-se possível, assim, apontar o fato de o conceito ribeirinho estar ligado diretamente ao caráter da relação estabelecida de com o rio, como no caso da comunidade de Boa Esperança, para quem esse elemento natural é o principal símbolo definidor de seu significado cultural. “O modo de vida na beira do rio também traduz, desse modo, essa profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento essencial da cultura dessas populações ribeirinhas” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p.162). Ora, para o ser que vive no “beiradão” do rio esse entorno de seu cotidiano constitui um espaço geográfico cuja dinâmica de vida, como todo seu arranjo de relações sociais deflagram certa expressão sociocultural diferente, ao refletir tais elementos intrínsecos à estrutura significativa de sua cultura – sendo o rio e seus arredores a condição *sine qua non* de sua existência, bem como da comunidade como um todo.

A paisagem de ocupação do rio e seu entorno apresenta-se como significado da própria condição de produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho de Boa Esperança, da forma que o rio, as ilhas e florestas são ambientes naturais característicos de sua *ribeiridade* e comungam diretamente na formação de sua produção da vida. Isso ocorre pelo fato desse sujeito possuir até mesmo, em sua adjetivação evocativa, o sentido do espaço que habita, e que nele trabalha e produz, sendo esse espaço o produzido a partir do processo de ocupação das paisagens formadas pelo rio Xingu e seu “beiradão”. Dessa forma, o rio apresenta-se, no processo de produção do espaço animado pela comunidade, não apenas como objeto natural espacialmente disposto como recurso, mas sim como símbolo da própria condição de ser ribeirinho, cuja atividade de trabalho é a de pescador; dessa fusão entre elementos naturais, sociais e culturais no espaço surge o sujeito pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança (ver Figura 5 a diante).

Figura 5. Relação do pescador-ribeirinho com a Natureza



Fonte: LEDTAM, setembro de 2021.

Tal situação levanta certa problemática, que se acredita ser geográfica por excelência, diretamente associada ao surgimento da necessidade de apreensão do fenômeno de formação-forma-funcionalidade do significado simbólico, de função sociocultural no espaço estar diretamente arraigada a um elemento natural, não social, diante de sua forma-funcionalidade. O caso do ser pescador-ribeirinho de Boa Esperança ter essa condição de vida simbolicamente associada à funcionalidade que este sujeito, por ora, tem atribuído ao rio Xingu, que desemboca, por sua vez, como signo responsável por comportar a base de construção do significado de ser ribeirinho: aquele que no rio (*ri*) vive na beira (*beirinho*). Desse modo, cabe à reflexão geográfica aqui construída, a missão de compreensão do processo de produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho a partir de uma leitura que não negue o elemento rio enquanto objeto natural, pertencente à dimensão material do espaço – a paisagem, mas carregado de significados que norteiam a condição de vida desses sujeitos.

É necessário, dessa forma, não negligenciar o fato de ser necessário refletir sobre a influência que a Paisagem geográfica, enquanto dimensão materialmente sensível do espaço exerce na dinâmica de produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho transpassando da então conhecida influência de servir como recurso de elemento significativo para a vida. Em Santos (2012, p. 53-54) é mencionado que o traço comum da paisagem “[...] é ser a combinação de objetos naturais e de objetos técnicos, e ser o resultado da acumulação da atividade de gerações, [...] um ponto determinado no tempo, [...] representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade [...]”. A Paisagem surge como representação material do vivido pelo indivíduo na dinâmica de produção do espaço, o resultado material direto – a *impressão* – da relação que a sociedade constrói com o meio geográfico e seus objetos (naturais e artificiais), na medida em que a paisagem “[...] é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (SANTOS, 2014a, p. 68).

Consoante a esses fatos, pode-se afirmar que:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções, e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores (SANTOS, 2014a, p. 71).

De antemão, o rio – verdadeiro objeto natural pertencente à dinâmica de produção do espaço que o pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança vivencia – emerge como significado da vida e da possibilidade de trabalho para esse povo. Milton Santos aborda a questão de o espaço em si conter, na sua essência, símbolos que possuem seus significados atrelados a signos (objetos) contidos na configuração territorial, pois, “[...] há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social [...]”. Seria o caso do rio Xingu? Uma vez que este, enquanto símbolo, “[...] guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança [...]” (SANTOS, 2017, p. 127-128).

Estrutura significativa que faz crer que o rio surge como símbolo de representação do sujeito pescador-ribeirinho no espaço, numa significação que se estrutura a partir da relação resultado da apropriação da Natureza enquanto dádiva para perpetuar a vida, o meio natural como possibilidade para o trabalho. No todo, a Paisagem geográfica que envolve o cotidiano do pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, o rio, de fato, apresenta-se como “[...] o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza [...]” (SANTOS, p. 103).

Na relação signo-símbolo-espaço geográfico, percebe-se que, como elemento de mediação representativa, o signo, aqui tomando enquanto o rio Xingu, assume papel fundamental na dinâmica de produção do espaço que o sujeito pescador-ribeirinho habita. Dessa forma, este mesmo signo assume uma estrutura significativa enraizada no significado que o *ser* atribui às formas contidas em seu cotidiano, apropriadas simbolicamente para representar a identidade do povo “beiradeiro”. Assim, percebe-se que a dinâmica de produção do espaço geográfico correspondente ao território usado pela comunidade de Boa Esperança tem em si a sua essência – no atual contexto – atrelada ao existir sob condição de relação direta com o mundo das águas da Amazônia.

Para Ernst Cassirer (1994, p. 141), em sua obra *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*, “[...] é inegável que o pensamento simbólico e o comportamento simbólico tenham traços mais característicos da vida humana e que todo processo da cultura humana está baseada nessas condições”. Na dinâmica espacial cuja vida da comunidade de Boa Esperança anima cotidianamente, o significado simbólico do rio, elemento natural pertencente à dimensão materialmente sensível, que é a paisagem geográfica, essa forma-conteúdo possui princípio próprio do ser pescador-ribeirinho. Um princípio especificamente interno a vontade do sujeito no lugar, capaz de determinar a cultura e os significados específicos de cada estrutura interna em si, no âmbito de cada dimensão da forma simbólica que o rio comporta. É nessas estruturas que o homem constrói suas demandas e realiza seus feitos, ao relacionar-se com as funcionalidades necessárias ao seu mundo, místico e linguístico.

A partir dessa perspectiva de apreensão das formas simbólicas atreladas ao movimento espacial relacionada à comunidade ribeirinha de Boa Esperança, a Paisagem geográfica pondera uma possibilidade de apreensão mais humanística por optar pela espacialização da materialidade significada pelo sujeito. Outrossim, para

Jean-Marc Bess (2006, p. 40), “[...] a paisagem *evidencia* aquilo de que trata a geografia, ou seja, a experiência sensível da Terra como espaço aberto, espaço a ser percorrido e descoberto”. Todavia, a paisagem, que é resultado da ocupação não indígena na região do médio Xingu, atribui formas-significantes (material, mas, como agora em ênfase, imaterial) assumindo o papel de evidenciar a produção do espaço habitado pelo pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança, como elemento variável-chave no processo espacial-histórico de ocupação tradicional da região.

Antes então da instituição de qualquer experiência visual, antes de qualquer espetáculo, e dando ao espetáculo sua verdadeira dimensão, a paisagem é *expressão*, e, mais precisamente, expressão da existência. Ela é portadora de um sentido, porque ela é a marca espacial do encontro entre a Terra e o projeto humano. A paisagem é essencialmente mais *mundo* do que *natureza*, ela é o mundo humano, a *cultura* como encontro da liberdade humana com o lugar do seu desenvolvimento: a Terra. (BESS, 2006, p. 92. *Grifos do autor*).

Ademais, o nordestino, ao vir fugido da seca e da falta de emprego no sertão, passou a viver, nesse período de sua trajetória socioespacial, uma condição de conexão com a Natureza amazônica. O pescador-ribeirinho apropria-se do rio como símbolo de seu *ser* a partir *do* processo de apropriação do sentido da dinâmica espacial impressa na paisagem geográfica, assumindo uma representação de *si* vinculada a *de ser*. Dessa maneira, a paisagem formando-se “[...] neste plano da percepção sensível e do sentimento estético que a natureza passa a ser apresentada como totalidade e como cosmos [...]”, assume a representação “[...] que exhibe um tipo de espaço e um modelo de exploração deste espaço completamente específicos [...]” (BESS 2006, p. 38).

Assim, a relação do pescador-ribeirinho da comunidade de Boa Esperança com o rio Xingu apresenta a possibilidade de compreensão do fato de que o rio é um objeto natural e que possui grande carga de significados, estes, simbolicamente, entrelaçados à (trans)formação do ser no espaço. O rio é um símbolo, elemento natural que carrega o simbolismo do significado de que, ser o ribeirinho, com estrutura característica do meio natural, corrobora diretamente no sentido de construção da identidade comum da comunidade. Dessa forma, o espaço geográfico relacionalmente associado ao cotidiano, referente ao contexto analisado, salta a perspectiva de imutabilidade e apresenta variáveis-chave que possibilitam entender a totalidade do processo de formação espacial-histórica da comunidade de Boa Esperança.

## REFERÊNCIAS

ARENZ, K. **Filhos e filhas do beiradão**: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia. Santarém: Faculdade Integrada do Tapajós, 2000.

ANTUNES, A. P. **Um século de caça comercial na Amazônia**. 2015. 123 f. Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, Manaus, 2015.

BESS, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. (tradução de: Vladimir Bartalini). São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Estudos).

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DE FRANCESCO, A. A.; FREITAS, A.; BAITELLO, C.; GRAÇA, D. S. História de ocupação do beiradão no Médio rio Xingu. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017, p. 41-65.

GONÇALVES, A. C. O.; CORNETTA, A.; ALVES, F.; BARBOSA, L. J. G. Médio Xingu. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016. v. 1, p. 199-274.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HERRERA, J. A. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico, **GEOSUL (UFSC)**, v. 34, p. 473-499, 2019.

HERRERA, J. A.; TEIXEIRA, B. E. S.; SANTOS, L. C. B. A comunidade Boa Esperança, Altamira-PA: interpretações da ordem global no lugar, **InterEspaço**, Grajaú-MA, v. 5, n. 18, p. 1-21, set./dez. 2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. (tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. **Papers: revista de sociología**, 1974, p. 219-229.

MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-274.

MARX, K. Prefácio: de Contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 47-52.

MATOS, F.; CALDARELLI, C. E. Liberdade na pele: gateiros e o comércio de “peles de fantasia” no Baixo Xingu (décadas de 1960-1970). **XXIX Simpósio Nacional de História**. 2017. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>, Acesso em: 18 mai. 2022.

MENDES, A. D. **A invenção da Amazônia**. 3 ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MENDES, A. D. **Amazônia**: modos de (o)usar. Manaus: Editora Valer, 2001.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém (NAEA/UFPA), v. 7, n. 1, p. 91-122, 2004.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R. B.; MACHADO, N. M. Borracha, nordestino e floresta: a economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. In: **Cadernos CEPEC/UFPA**, v. 1, nº 1, p. 4-35, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6773/5365>. Acesso em: 14 abr. 2022.

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p158-182. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. A questão: o uso do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 19-22.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.